



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS

Conforme Portaria nº1805/2016 GP ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº
09/2018 – CMPU

Aos **vinte e seis** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e dezoito**, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Guarulhos - CMPU, que subscrevem a essa ata, no Auditório do Paço Municipal, Avenida Bom Clima, 90 – Bom Clima, Guarulhos, a saber: Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano), Guilherme David dos Santos Viana (Titular da Secretaria da Habitação), Clodoaldo Costa de Oliveira (Titular da Secretaria de Serviços Públicos), Cléia Pereira de Araújo (Titular da Cooperativa Habitacional Coopercid), Gilmar Antonio dos Santos (Titular do Movimento Popular da Associação Centro dos Trabalhadores para defesa da terra Paulo Canarim), Oziel Bonifácio de Souza (Titular Entidades Ambientais Núcleo de Estudos Urbanos NEU), Júlio Soto Saavedra (Titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB), Jane Marta da Silva (Titular do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo SASP), para a **nona reunião ordinária** do ano de 2018, tendo as seguintes pautas: **1** – Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – atualização das atividades realizadas – Apresentação; 1.2 – Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Etapas do Processo – Fase 01 – Consolidação de conteúdos – Diagnóstico – Previsão novembro; Fase 02 – Discussão internas com as secretarias – Diagnóstico – Previsão: novembro; Fase 03 – Oficinas apresentação Diagnóstico – dezembro – item 1.3 Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – apresentação do cronograma das primeiras Oficinas: 04/12/18, terça-feira das 18 às 21h no Adamastor Centro; dia 06/12/18, quinta-feira das 18 às 21h na ASSEAG; dia 11/12/18, terça-feira das 18 às 21h no Teatro Nelson Rodrigues (a confirmar); dia 13/12/18, quinta-feira das 18 às 21h no Teatro Padre Bento (a confirmar) e no dia 15/12/18, sábado das 09 às 12h no CÉU Ponte Alta (a confirmar); 1.4 – Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Criação de Câmara Técnica – Deliberação da Plenária para constituição do grupo; **2** – Informes: 2.1 – Reunião 23/10/2018 – SECOVI – SP – Outorga Onerosa no Direito de Construir; 2.2 – Plano Diretor – Projeto de Lei nº 2260/18 – atualização – Poder Público e Sociedade Civil; 2.3 – Planejamento Estratégico – Relatório encaminhado por e-mail com coluna de análise para repactuação dos prazos – Não houve encaminhamentos de respostas para ser pautado; 2.4 – Rodoanel/Ferroanel; 2.5 – PDUI; **3** – Próxima reunião do CMPU: 30/11/2018 – 9h – próxima reunião de coordenação – proposta 22/11/2018 – 9 h. *****

A reunião iniciou-se às nove horas e trinta e seis minutos, sob a coordenação do Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda, com a presença dos membros supracitados, e dos membros da secretaria-executiva do Conselho Sra. Francini Renata Domingues, Sra. Andreia Cristian Salinas, Maria Eunice Alves Ribeiro, que ao final subscreve, dos convidados: Thiago Perez Sávio, Helena Werneck, Antônio José de Araújo, Andréia C. Ferraz Salinas, Maria Eunice Alves. Registrou-se as ausências justificadas do conselheiro Flávio Geradine Naressi (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Município de Guarulhos ASSEAG) e as ausências não justificadas dos conselheiros da Secretaria de Obras, da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Transporte e Trânsito, da Secretaria de Governo, da Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e Inovação, Secretaria de Justiça, Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários, SAAE, Câmara Municipal, Associação de Moradores de Bairro Salgado Filho, Movimento Popular Associação Barbara Cristina de Sá, Movimento Popular Instituto Associativo Continental Iacon, Movimento Popular Sociedade de Apoio à Luta por Moradia SAM/MNLM, Universidades – Universidade de Guarulhos – UNG, Entidades Ambientais Associação Chico Mendes, Entidades Empresariais - ASEC/ACE, Conselho relacionado ao Meio Ambiente, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, Orçamento Participativo. *****

Constatou-se a insuficiência de quórum, e assim a impossibilidade de deliberação para a aprovação da Câmara Técnica. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, apresentou a primeira pauta e dirigiu-se a palavra para a convidada Helena Werneck onde informou que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está com o processo da revisão da lei de zoneamento em andamento após o plano diretor, e conforme o Plano Diretor, toda a orientação deste processo será baseado nas macrozonas que constam no Plano Diretor, após apresentou o primeiro desenho do mapa, uma análise físico-territorial da organização do espaço, onde está destacado a parte de proteção ambiental, parte da estruturação urbana, zona de amortização prevista na Macrozona. Ressaltou o envolvimento de toda a equipe técnica da

Secretaria de Desenvolvimento Urbano na elaboração dessa etapa do trabalho, dividido em três fases básicas, sendo a primeira a organização do território da cidade em similaridades, áreas homogêneas e objetivos urbanísticos, e todas as equipes foram a campo para fazer o levantamento dos diagnósticos, em segundo nível serão realizados os indicadores e índices, organização do banco de dados, reforço teórico e tecnológico adequado, elaboração das planilhas com loteamentos aprovados, lotes médios e glebas. Informou que foi realizada a visita ao SECOVI – Sindicato das Empresas de Construção Civil, com o Palestrante Sr. Cláudio Bernardes, Presidente do Conselho consultivo do Secovi, que se propôs a realizar uma capacitação para Guarulhos do cálculo da outorga onerosa, já que possuem experiência na aplicação da ferramenta em São Paulo. Mencionou que tal ferramenta trará uma complexidade maior aos técnicos, o que haverá necessidade de capacitações para verificar como facilitar a aprovação dos projetos. O conselheiro Julio Soto Saveedra tomou a palavra para pontuar que no Plano Diretor a Outorga Onerosa tem outro nome, sendo Solo Criado, disse também que não será aprovado na Câmara antes que todos entendam bem. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda interveio informando que a capacitação será para todos, inclusive os vereadores serão convidados; A conselheira Jane Marta da Silva tomou a palavra e questionou se o dia da reunião do SECOVI - Sindicato das Empresas de Construção Civil será aberta ao público. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu informando que será aberto ao público para discussões dos novos instrumentos. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra retomou a palavra e questionou se a prefeitura observou como será a utilização da ferramenta, pois será um ponto estratégico determinante, sendo que a população deverá ser chamada para ter conhecimento do assunto. A Conselheira Jane Marta da Silva tomou a palavra e salientou que na última reunião da coordenação foi mencionado que o dia e o horário não era possível a participação dos profissionais e que deveria ser um horário fora do horário de trabalho, também ressaltou que se fala uma coisa e se faz outra, e isso tem sido recorrente e insistiu dizendo que o dia e horário tem que ser para que todos possam ir. A convidada Helena Werneck pontuou que todos os questionamentos estão sendo anotados, que somente uma palestra não será suficiente, e que haverá outros dias e horários os quais a conselheira poderá se adequar, mas que faz parte da atribuição do conselheiro comparecer em reuniões sobre o assunto. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda reforçou o posicionamento da convidada e acrescentou que tentaremos trazer o melhor possível para que abranja o maior número de pessoas, que seja um trabalho profissional. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra comentou que o conselho faz parte de diversos grupos, e devem criar mecanismos paralelos de estudos e encontros antes do Plano Diretor ser aprovado na Câmara. Em seguida, a convidada Helena Werneck disse que o executivo não está mais no controle do Plano Diretor, e sim a Câmara, depende deles convidar a equipe para esclarecimentos ou capacitação para que os vereadores entendam bem, e ressaltou que na data de hoje o objetivo é dar ciência do andamento das ações, pois o plano diretor está há 14 anos pendente; o trabalho foi realizado com os técnicos da própria Secretaria, alguns especialistas convidados e equipes que conhecem a cidade e entendem da dinâmica do território, além de tabelas de cálculo e parâmetros de adensamentos, verticalização e áreas potenciais e de riscos. O início das oficinas será em dezembro, com objetivo de coletar dados da população para entrada de maiores informações do território. Logo após o conselheiro Júlio Soto Saavedra citou o cronograma e disse que em novembro caberia fazer o levantamento de dados, pois o Plano Diretor foi carente e agora está correto fazendo o levantamento, parabenizou a equipe e disse que quanto ao diagnóstico, a sociedade civil organizada ajudará a prefeitura a complementar e a elaborar propostas em conjunto, estamos no caminho. A convidada Helena Werneck voltou a palavra e disse que o trabalho tem metodologia, um dos problemas a discutir com a população é o conceito abstrato, do que significa um mapa e seus índices. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra reforçou que os gestores tem a missão de criar um atrativo para a população participar e entender. A convidada Helena Werneck mencionou que o município de São Paulo não fez isso, que mora lá e que o município teve suas dificuldades na elaboração do Plano Diretor. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra rebateu que o plano Diretor de SP foi muito bom, ganhou prêmio internacional, argumentou que o intuito seria pegar a metodologia de SP que deu certo. A Conselheira Jane Marta da Silva solicitou para que conste em ata que em relação aos técnicos, sim, tem que ser técnico mesmo para cuidar disso, mas quer deixar registrado que muitos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano saíram e foram deslocados para outros locais. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda pontuou que isso foi uma questão administrativa. A Conselheira Jane Marta da Silva ressaltou o calendário das oficinas solicitando que fossem ampliados para outras regiões da cidade, como Bonsucesso, Pimentas, Taboão, São João e não só na região Central, se o intuito será envolver a comunidade deverá ser levado a estes locais mais afastados os quais necessitam mais, seguiu falando do comprometimento em relação a capacitação da outorga onerosa para os profissionais participar em dia e horário em que possam, de

preferência a noite e fim de semana, que tenha ampla divulgação para que as pessoas tenham conhecimento e possam participar. O Conselheiro Júlio Saavedra retomou a palavra mencionando sobre o cronograma, disse novembro para finalizar o diagnóstico e dezembro para apresentar estes diagnósticos, pouco tempo, ressaltou que a câmara técnica acompanhará para que eles sejam inseridos, e que oficinas serão diagnósticos e não propostas; só serão propostas quando se conhecer a cidade, em quinze dias não será suficiente, é muito complexo, contudo sugeriu o mês de novembro para diagnóstico, e após o levantamento do diagnóstico a realização de reunião extraordinária para conhecê-lo e junto com o conselho apresentar as propostas para a população. A convidada Helena Werneck esclareceu que ainda temos um processo interno de capacitação para a elaboração de cálculos para o uso dos instrumentos, se estimularemos o adensamento ou não. A Conselheira Jane Marta da Silva interrompeu para dizer que nas oficinas serão apresentadas as propostas. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra disse que a Prefeitura informará o problema e não as propostas. A Conselheira Jane Marta da Silva disse que os nomes das Oficinas deverão ser bem detalhados para não ter dúvidas. A convidada Helena Werneck esclareceu que será uma caracterização de cada área para ver como serão os elementos urbanísticos a serem utilizados para cada área. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra rebateu que isto era genérico. A Conselheira Jane Marta da Silva disse que isto não era diagnóstico, que o Conselheiro Júlio Soto Saavedra não estava entendendo a diferença entre diagnóstico e proposta. A Convidada Helena Werneck explicou que existem quatro questões a serem apresentadas: como foi delimitada a área, a denominação, se vai estimular ou conter o crescimento e os instrumentos a serem utilizados, este é o primeiro desenho da percepção urbanística, a oficina vai validar a visibilidade que se criou, será uma possibilidade de mostrar para a população as etapas já cumpridas para que acompanhem o processo e participem de forma ativa da construção da Lei. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra se pronunciou dizendo que a Prefeitura tem todos os dados e ferramentas, mas que a população não tem estes dados, mas tem que estar inseridos no processo, pois tem que ter ciência dos problemas para saber como tratar, e questionou como a população vai conseguir participar. A convidada Helena Werneck explicou como será feito: teremos elementos para apresentar a população e que a mesma saiba o que está acontecendo, antes de finalizar o processo, voltará a conversar com a população para validar o projeto, construiremos um processo sem pressa, o importante é fazer direito. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra informou que temos que tomar cuidado com a participação civil. O convidado Antônio José de Araújo tomou a palavra dizendo que participou de todo o processo, que tem que falar um pouco do diagnóstico com quem que está interessado, e depois fazer o diagnóstico, não era só ouvir mas ter a devolutiva, indicou como referência o Plano Diretor de São Paulo no quesito da participação da sociedade civil onde eram feitos nos domingos pela manhã e em diversos locais no município, ressaltou que tem que ser de fim de semana mesmo, e tem que ter devolutiva, não é só ouvir e nunca mais voltar. A conselheira Jane Marta da Silva comentou que tem haver divulgação, a população vai cobrar. A Convidada Helena Werneck informou que a Prefeitura de Guarulhos está trabalhando a favor e não contra. O convidado Antônio José de Araújo retomou a palavra e disse que a Lei de Zoneamento tem que ser boa. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda seguiu falando do item 1.4 – Criação da Câmara Técnica, porém não teve quórum para deliberação. Os conselheiros Júlio Soto Saavedra e Jane Marta da Silva verificaram a lista, pois o Conselheiro Júlio Soto Saavedra fala que foi discutido a proposta de formar o grupo, mas que nesta reunião alguns integrantes do grupo não compareceram, ressaltou que o importante seria formar a Câmara Técnica como instrumento formal de participação, estava questionando a composição da lista, uma vez que não teve quórum, contudo a conselheira Jane Marta da Silva rebateu dizendo que as pessoas que estão na lista, deram o nome por vontade própria, não foram obrigados e insiste que já foi criada a Câmara Técnica. A Sra. Francini Renata Domingues sugeriu que se organizassem para a formação e aprovação da Câmara Técnica na próxima reunião. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra se ofereceu para coordenar junto com o convidado Roberto Moreno para adiantar, mas que depois os integrantes do grupo elejam o coordenador. A Sra. Francini Renata Domingues retomou sugerindo que eles se organizem paralelamente, explicou que com a formação da Câmara Técnica os convidados, mesmo não sendo conselheiros, poderão participar com legitimidade das decisões. O Conselheiro Oziel Bonifácio de Souza tomou a palavra e primeiramente pediu desculpas por voltar ao assunto das características, colocando que está havendo um movimento muito rápido, tecnológico no mundo, estamos saindo de uma mudança de um século, que se respeita o conhecimento, mas quando se entra no clássico acadêmico, mas se ausenta no cerne da humanidade, se afasta e perguntou como os técnicos veem essa postura do homem nesse processo todo. A convidada Helena Werneck respondeu que partimos do conceito de qualificação, mudanças no emprego, não há mais a necessidade de morar perto da fábrica, onde antigamente era a geradora de emprego, mas as coisas mudaram com a tecnologia, não há mais a necessidade de morar perto do emprego, a fábrica

mudou, nem existe mais, o Município de Guarulhos virou cemitérios de galpões vazios, e que precisamos saber o que fazer com esse novo cenário, também informou que há previsão de um distrito tecnológico, áreas com distritos tecnológicos humanizados, pois ninguém quer mais a indústria do lado de sua casa, caminhões manobrando na sua rua, podemos com a nova Lei de Zoneamento precaver o que se espera desta área. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda continuou com os informes do item 2 e da próxima reunião no dia 28/11 às 10h (a confirmar) com o Secovi- Sindicato das Empresas de Construção Civil, tentaremos trazer em outro horário num fim de semana também, mas vai depender da agenda do profissional, prosseguiu com o item 2.2 e passou a palavra para a convidada Helena Werneck que mencionou que as respostas quanto aos questionamentos efetuados do IAB foram respondidos no processo número do Plano Diretor. A Sra. Francini Renata Domingues falou do item 2.2 Plano Diretor fazendo a leitura da notícia do site da Câmara. O conselheiro Júlio Soto Saavedra disse que naquele momento era a sociedade civil e não a IAB e que foi unânime o pedido para a Câmara, pois os substitutivos não foram discutidos, destacou que a sociedade civil não foi inserida, e que deveria se cumprir o Estatuto das Cidades, que a Câmara cumpra e efetue as discussões com a sociedade civil, a explicação contida no site foi genérica, o importante é o conteúdo. A Sra. Francini Renata Domingues pontuou que os questionamentos da Câmara estão no processo administrativo do Projeto de Lei do Plano Diretor. A convidada Helena Werneck efetuou a leitura das questões. A Conselheira Jane Marta da Silva tomou a palavra dizendo que a minuta sempre é uma coisa e o substitutivo é outro, em relação à questão 2, que quem fez o documento foram vocês, era para colocar no slide, era isso que foi pedido na reunião na coordenação, na íntegra, solicitou a cópia da resposta na íntegra no slide e para mandar para todos os conselheiros, protestou que se combina uma coisa e faz outra, que foi solicitado também na reunião anterior uma reunião extraordinária para poder falar somente do uso e ocupação do solo e a Prefeitura simplesmente resolveu não fazer e pronto, acabou, não dá para ficar engolindo, prometeu uma coisa cumpra (SIC). Perguntou se a reunião está sendo gravada para transcrever na íntegra. A Convidada Helena Werneck respondeu que estava sendo registrado. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra questionou sobre onde serão apresentadas as respostas. A Sra. Francini Renata Domingues disse que as respostas serão feitas em uma explanação e enviadas por email. A Conselheira Jane Marta da Silva rebateu que quer as respostas na íntegra, por email e não apenas a explanação. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos tomou a palavra para falar do documento, que além de registrado deve ser cumprido, registro por registro não garante a efetividade dos acordos, nesse aspecto, tem razão a coordenação e foi combinado apresentar o documento. A conselheira Jane Marta da Silva salientou que as informações devem vir até os conselheiros e que ela não precisaria ir até a Câmara para saber das coisas, para isso que serve o Conselho. A Sra. Francini Renata Domingues explicou que não seria viável colocar na apresentação, pois o conteúdo das respostas é muito extenso. A Conselheira Jane Marta da Silva rebateu que já era para estar na apresentação e que esse fato só serve para ludibriar e empurrar, para a Prefeitura ganhar tempo. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos diz que tal fato alimenta a impressão de que as respostas vem pela metade. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra comentou que tem que entrar num consenso, uma sugestão seria uma reunião extraordinária para a discussão de todos esses assuntos do conselho. A Conselheira Jane Marta da Silva falou que é solicitado, é pedido, mas é ignorado, o descaso e o desrespeito com a sociedade civil é desde a primeira reunião, cada vez pior, e solicitou mais uma vez o envio por e-mail, se possível no dia de hoje. O conselheiro Gilmar Antonio dos Santos sugeriu que se o arquivo com as respostas estivesse no local poderia salvar num pen-drive. A convidada Helena Werneck prosseguiu lendo na íntegra as questões e as respostas. Na questão 2, quando a resposta estava na parte “retratam o processo coletivo construído com a população”, a Conselheira Jane Marta da Silva interrompeu com a palavra Mentira! A convidada Helena Werneck perguntou se a Conselheira Jane Marta da Silva deixaria ela acabar de ler ou se ela gostaria de continuar a leitura e a mesma respondeu que a convidada poderia continuar lendo, mas que ela só estava falando que era mentira. A convidada Helena Werneck continuou a leitura até a finalização das questões. O conselheiro Gilmar Antonio dos Santos tomou a palavra e disse que a leitura de cinco minutos não seria suficiente para assimilar o conteúdo de toda a resposta, mas, mesmo assim, retomou o inciso III da primeira pergunta, que faz referência a construção do plano, sobretudo da devolutiva da audiência do dia 14 e sugeriu que a ata da devolutiva fosse juntada na resposta, devido a ter muitas informações para os vereadores terem uma leitura plena. O conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda mencionou que a ata está no processo. A Conselheira Jane Marta da Silva rebateu que irá na Câmara para conferir se está lá mesmo. O convidado Thiago Perez Sávio ressaltou que as respostas que foram efetuadas a leitura e serão enviadas por e-mail estão idênticas as que estão no processo, expôs que houve uma reunião na Câmara, mas não convidaram os técnicos da Prefeitura e salientou que o objetivo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano é prestar

informações à Câmara, enfatizou que dizer que é mentira, verdade ou meia verdade, se está respondendo ou não é direito de questionar e devem, mas devem fazer junto ao Legislativo, pois a resposta oficial do município foi essa, ressaltou também que ninguém enquanto servidor público seria louco de colocar uma situação sem comprovação. A Conselheira Jane Marta da Silva questionou se os técnicos comprovam que esse Projeto de Lei retrata o processo coletivo, pois o publicado no dia seis de dezembro é uma coisa, tem uma escrita, uma diagramação, uma leitura, tem outros significados e tem outros artigos, o que foi colocado no projeto de Lei 2260 é outra coisa, e indagou onde estão os documentos, que a Prefeitura prove qual a participação das outras secretarias, dos grupos técnicos e da sociedade civil. O convidado Thiago Perez Sávio rebateu que quando se fala da ampla participação popular, cabe a situação do poder Executivo, onde se fez duas audiências públicas, houve apresentação, mas antes realizou reuniões preparatórias, foi aberto um canal para encaminhar por e-mail, tudo que foi encaminhado teve retorno, se foi acatado ou não acatado, mediante situação e a análise técnica do Poder Executivo, e se houve necessidade de participação de outras secretarias a palavra final não é da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, foi um trabalho elaborado e preparado e teve a anuência do Poder Executivo e tudo está fartamente comprovado dentro do processo administrativo; enfatizou que fazer acusações que se passou por A, B, C ou D, se concorda ou discorda, cabe e é atribuição do Poder Executivo, tanto é que o processo será aprovado ou alterado por meio do Legislativo, o Executivo executou tudo dentro dos devidos ritos, todos os questionamentos são devidamente respondidos, se está coerente ou não, inclusive antes de finalizar, é passado para o corpo jurídico da própria Prefeitura, atualmente o processo está no Legislativo. O Conselheiro Júlio Soto Saavedra reforçou que o que estão questionando é o grau e a fidelidade das respostas dadas, e suas características, disse que tem um elemento que não foi dito, se as propostas foram baseadas em duas audiências, o segundo projeto protocolado mudou uns pontos e não foi apresentado, questionou como foi feito. A Conselheira Jane Marta da Silva informou que o Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos solicitou a juntada da ata, mas questionou o porquê de não juntar ao processo, e onde está a ata da audiência. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda confirma que a ata está no processo. A Conselheira Jane Marta da Silva retrucou perguntando se está ou não está, uma hora diz que está outra hora disse que não estava. O conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu que nunca falou que não estava, e voltou a confirmar que a ata está no processo. A Conselheira Jane Marta da Silva questionou se é o processo da Câmara. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu que sim, que foi para a Câmara e que possui vários volumes. A Sra. Francini Renata Domingues esclareceu que é o processo administrativo de número 8432/2017 e são onze volumes; A Conselheira Jane Marta da Silva insistiu que não estava falando dessa solicitação e sim do projeto de Lei 2260/2018, não do ano de 2017 e 2016. A Sra. Francini Renata Domingues respondeu que o processo administrativo número 8432/2017 acompanhou todo o processo e nele estão inseridos todos os documentos. A Conselheira Jane Marta da Silva então concordou, disse que foi protocolado esse Projeto de Lei e o questionamento da Câmara foi em cima desse projeto de lei, sendo a pergunta clara e objetiva: se a ata da audiência do dia quatorze foi anexada do processo desse projeto de lei 2260/2018. O Conselheiro Guilherme David dos Santos Viana interveio respondendo que a ata estava no processo 8432/2017 conforme a sra. Francini Renata Domingues já havia dito claramente. A Conselheira Jane Marta da Silva voltou a insistir que seria outro processo. Várias pessoas falaram ao mesmo tempo que era o mesmo processo. O convidado Thiago Perez Sávio explicou que todo Projeto de Lei por parte do Poder Executivo tem que estar inserido dentro de um processo administrativo, esse processo administrativo foi aberto no ano de 2017, pois está todo o histórico, tudo está neste processo administrativo. Ressaltou uma outra situação, esse não é o primeiro questionamento que o Poder Legislativo fez para nós do Poder Executivo, foram feitos outros questionamentos, de ordem técnica e legal, e tudo foi respondido, e, destacou novamente que estamos seguindo o rito legal, falou que acusar a Prefeitura que não estaria atendendo os questionamentos tem que provar, juntar provar dessa acusação. A Conselheira Jane Marta da Silva perguntou quando da alteração da minuta como foi elaborado o substitutivo e disse que a convidada Helena Werneck respondeu na época que foi feita uma pequena correção no mapa. O Conselheiro Julio Soto Saavedra concordou com a Conselheira Jane Marta da Silva. O Convidado Thiago Perez Sávio respondeu que a conselheira Jane Marta da Silva estava confundindo as coisas. A Conselheira Jane Marta da Silva voltou a mencionar que a mudança seria só uma correção no mapa, algo irrelevante, mas na resposta está escrito outra coisa, pontuou que as perguntas feitas ficam no vácuo. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda interveio e disse que já foi respondido ao Legislativo, se ainda houver alguma dúvida por parte deles que retornem o processo com novos questionamentos. O Conselheiro Gilmar Antônio dos Santos retomou a primeira questão e disse que quando se faz referência ao Ministério das Cidades, eles sabem com precisão qual é a orientação e os papéis do Executivo, as etapas

necessárias, como também do Legislativo, e voltou a dizer que a ata da devolutiva seja juntada a essa resposta, embora já se tenha confirmado que todo o material esteja no processo, esse processo tem dez mil e tantas páginas, explicou que a motivação desse pedido é que em seu entendimento, o grupo está padecendo de um mal, que toda relação quando não é pautada pela confiança e cumplicidade, fica comprometida, todavia, justificou que esse documento específico pode ajudar a amenizar esse problema e servir de base para essa resposta, já que está lá juntada, segue novamente; falou ainda que àquele instante foi uma mudança de vetor, todos nós aqui somos técnicos e sabemos disso, essa peça tem a capacidade de clarear esse processo, de desmistificar e apaziguar as coisas, pois neste formato que vai caminhando é muito desgastante e improdutivo, acreditou que em alinhamento com a recomendação do Ministério das Cidades que orienta o rito a ser seguido é um instante em que registra todo o histórico do coroamento desse processo e que vai auxiliar os vereadores que não participaram em nenhum momento desse processo, voltou a fazer a recomendação inicial de juntar a ata novamente ao processo. O Conselheiro Julio Soto Saavedra sugeriu que a resposta seja em consenso com o conselho, pois eles não concordam com as respostas, propôs para os conselheiros que eles se organizem e contestem, disse que prefeitura os obriga a isso já que não foram chamados para confirmar a resposta e o documento não preenche as solicitações, que não tem a veracidade correta, cabe ao conselho parte da construção do Projeto e não participaram do processo. O Convidado Antônio José de Araújo achou a proposta do conselheiro Julio Soto Saavedra interessante, as perguntas estão claras e é notório, ou os vereadores viram a ata e querem ver o que o Executivo vai responder ou eles não viram e querem saber da ata; disse que como o Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos falou do mal que padecemos (confiança) que se a construção fosse realmente de participação coletiva, antes de ser enviado a resposta seria objeto de discussão, nem que fosse numa reunião extraordinária para fazer só isso, porque dá conflito, todos nós sabemos o que está colocado ali enquanto questão e o que está colocado aqui enquanto resposta, e o que tem naquela ata, é documento suficiente para ter um grande problema, são conteúdos que deixam claro que existe realmente uma situação de pensamento sobre a construção da revisão do Plano Diretor totalmente diferente, no âmbito da sociedade civil, no quesito da habitação, etc e tal, então acreditou que não foi feito nada disso, que o conselho deveria pedir uma conversa enquanto Conselho lá com a comissão na Câmara Municipal e levar cópia da ata e deixar lá protocolada, ficando a critério deles analisar se toca para frente ou se chama alguém para repensar, são três documentos importantes: a ata, os questionamentos e as respostas. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda prosseguiu com o item 2.3 – Planejamento Estratégico, onde o relatório foi enviado por email com coluna de análise para repactuação dos prazos e não houve respostas, questionou se o planejamento está parado. A Conselheira Jane Marta da Silva informou que não lembra de ter recebido e-mail. Sra. Francini Renata Domingues respondeu que na reunião passada foi feita a apresentação com todas as ações e que encaminhou para todos e ficou aguardando as respostas, e que tinham prazo para a devolução até o dia quinze de outubro e não houve nenhuma. A Conselheira Jane Marta da Silva respondeu que lembra de ter pedido na reunião da coordenação, e pediu para deixar registrado em ata que a solicitação daquele curso de conselheiros, de três dias consecutivos, que a participação foi maior, lógico, dos funcionários públicos, da sociedade civil foi menor, pediu em reunião da coordenação para mandar todo o material e as apresentações e questionou se foram enviados também. A Sra. Francini Renata Domingues respondeu que foi enviado. A Conselheira Jane Marta da Silva perguntou se foi enviado para todos os conselheiros. A Sra. Francini Renata Domingues respondeu que foi enviado junto com a convocação da 8ª RO. A Conselheira Jane Marta da Silva questionou se a apresentação do mês passado foi enviada também. A Sra. Francini Renata Domingues respondeu que a apresentação não, foram as pautas. A Conselheira Jane Marta da Silva solicitou então que conste em ata que todas as reuniões que tiverem apresentações, não só do mês passado, sejam mandadas para todos os conselheiros. A Sra. Francini Renata Domingues respondeu que melhor que enviar e-mail seria colocar tudo no google drive. A Conselheira Jane Marta da Silva interrompeu e solicitou para enviar por e-mail toda a apresentação, não no google drive, pois não é todo mundo que acessa o google drive, cada pessoa tem seu nível de desenvolvimento tecnológico, não são programas pesados, ressaltou que pode colocar no google drive, mas mandar por e-mail. Destacou também que foi uma atitude arbitrária, autoritária e ditatorial o cancelamento do grupo de whatsapp, se algumas pessoas não estão seguindo o foco do grupo os administradores deveriam chamar essas pessoas pontuais e orientarem e resolverem, não acabar com o grupo, é importante o grupo do whatsapp do CMPU. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda relatou que e-mail é melhor do que grupo de whatsapp onde serão tratados somente os assuntos pertinentes. A Conselheira Jane Marta da Silva ressaltou que quando essa gestão assumiu, o grupo do whatsapp já existia, que se for preciso falará com o Secretário, pois não há dono do Grupo que existia desde 2016, expõe repúdio a conduta de

cancelamento do grupo de whatsapp e de alguns integrantes do grupo que são excluídos sem explicação, informou que se deve conversar com as pessoas e excluir com condutas errôneas, e novamente solicitou o retorno do grupo, nem todos acessam e-mail todos os dias, disse que entende que por ser época eleitoral é mais conturbado mas solicitou que após as eleições voltem a ativar o grupo do conselho. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda reforçou que o canal de comunicação será o e-mail. O Conselheiro Julio Soto Saavedra disse que esse não seria o caminho democrático, tem que ter consenso, colegas conselheiros desrespeitaram outros colegas e acabaram prejudicando isso, tem que colocar regras, o whatsapp é o caminho mais fácil. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos ponderou que o whatsapp é o caminho mais curto e mais ágil, tem gente que não tem o e-mail no telefone, se um indivíduo não está dentro das regras ele deve ser penalizado e não o grupo. A Conselheira Jane Marta da Silva solicitou novamente o retorno do grupo do whatsapp. A Conselheira Jane Marta da Silva e o Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos solicitaram a participação do secretário nas reuniões. O Convidado Thiago Perez Sávio prosseguiu com o item 2.4 da apresentação: Rodoanel/Ferroanel, em resposta ao solicitado através da reunião de coordenação esclareceu que ao que cabe ao Município, dentro do processo de licenciamento ambiental, foi requerido manifestação conforme legislação do CONAMA pela Prefeitura e já tinha sido encaminhado dentro deste período o Conselho Municipal da APA – Cabuçu Ponte Grande, onde emitiu parecer favorável no termo da legislação ao empreendimento com algumas condicionantes, outras secretarias municipais também já levantaram seus apontamentos e, por último o conselho Gestor da APA Cabuçu Tanque Grande também emitiu seu parecer, informou ainda que o Órgão Estadual ainda não se manifestou sobre o andamento do licenciamento sobre o Ferroanel; quanto ao Rodoanel, no momento estão com a licença de instalação da obra e não finalizaram, não solicitando até então a licença de operação, até o momento também não apresentaram o atendimento de algumas condicionantes da licença junto a Prefeitura. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos questionou o porquê do Município não conseguir indicar as áreas para receber as mitigações. O Convidado Thiago Perez Sávio explicou que infelizmente tem uma dificuldade na questão latifundiária, domínio de área a comprovar a titularidade das áreas, informou que este assunto está com a Secretaria do Meio Ambiente e o CONSEMA. O Conselheiro Oziel Bonifácio de Souza questionou se a prefeitura tem conhecimento das caçambas do Rodoanel, das que estão sendo transportadas, parece que tem 25 mil toneladas passando na via e qual o impacto disso nas residências, disse que sabe que tem que discutir, não para diminuir o volume de cada caminhão e sim a quantidade de caminhões, ir depois e recuperar as rachaduras/danos não resolve. O Convidado Thiago Perez Sávio falou sobre o impacto no tráfego e movimentação de terra, e o que degradou terá um prazo para ser corrigido, ressaltou a existência da DERSA, bem como, a construtora e os moradores que remetem e será registrado e acompanhado pela Prefeitura. O Conselheiro Clodoaldo Costa de Oliveira falou que a Secretaria de Serviços Públicos (SSP) agiu com as obras, embargando para que efetuassem a recomposição, e cada caminhão possui sua carga e capacidade do veículo. O Conselheiro Gilmar Antônio dos Santos falou que recentemente foi ao Cabuçu e viu que as obras foram retomadas e o movimento dos caminhões é muito grande, e que acredita que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano ou a Secretaria de Meio Ambiente devam fazer uma incursão e notificar para diminuir o fluxo dos caminhões, devem apresentar o cronograma das obras, questionou se precisam fazer tudo de uma vez, pois ficou parado por seis meses e agora querem recuperar o tempo perdido. O Conselheiro Guilherme David dos Santos Viana falou que não é questão de cronograma, depende da terra e outros aspectos técnicos. O Conselheiro Julio Soto Saavedra respondeu que estamos falando de empresa grande, obra grande, precisa ter cronograma. O Conselheiro Oziel Bonifácio de Souza concluiu não é possível negar a estrutura maior que somos nós mesmos, o ser humano em um processo, sempre a causa exacerbada do capital a todo custo, é bem isto que está acontecendo, acima do ser humano, e não é a todo custo que tem que ser estudado, se tem que ter extensão maior nesta obra, que tenha. O Conselheiro Guilherme David dos Santos Viana informou que não temos gerência sobre isso. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos rebateu que podemos ter uma fiscalização. O Conselheiro Clodoaldo Costa de Oliveira explicou que foi apresentado um plano de gerenciamento de resíduos e aprovado, não é uma coisa desordenada. A Conselheira Jane Marta da Silva falou que não tem fiscalização. A Convidada Helena Werneck prosseguiu com a pauta, item 2.5 – PDUI, e relatou que está na fase de fechamento do texto legal, na questão formal. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos questionou que além da etapa da elaboração, conclusão que está nesse momento e da etapa dos municípios para se adequarem, se houve mudança dos planos quanto ao cronograma inicial de dois anos. A Conselheira Jane Marta da Silva falou que foi prorrogado até 2021 e após sugeriu, se for possível, a alteração da data da próxima reunião para o dia 23/11/18, pois no dia 22 não poderá participar. Todos os presentes concordaram com a nova data e foi alterada a próxima reunião de coordenação para o dia 23/11/18.

O Conselheiro Julio Soto Saavedra falou que vai passar nomes para Sra. Francini Renata Domingues entrar em contato para que todos venham para formalizar a Câmara. A Conselheira Jane Marta da Silva solicitou para passar as respostas por e-mail e perguntou quando a ata será enviada (tanto a passada quanto a do dia). A Sra. Francini Renata Domingues respondeu que será enviada a ata da reunião passada na próxima semana. A Conselheira Jane Marta da Silva solicitou um representante da DERSA nas reuniões, como já solicitado anteriormente em outras reuniões, para tirar dúvidas e prestar esclarecimentos.*****

O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda agradeceu a presença de todos e não havendo mais assuntos a serem tratados a reunião foi encerrada às doze horas e sete minutos, e eu, Maria Eunice Alves, chefe de seção técnica deste CPMU, _____, digitei e assino a presente ata. De acordo (Conselheiros presentes):

Poder Público:

Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente SDU) _____

Guilherme David dos Santos Viana (Titular SH) _____

Clodoaldo Costa de Oliveira (Titular SSP) _____

Sociedade Civil:

Clélia Pereira de Araújo (Titular Coop. Hab, Coopercid) _____

Gilmar Antonio dos Santos (Titular Mov Popular Paulo Canarim) _____

Jane Marta da Silva (Titular Sind. Dos Arq. De SP SASP) _____

Julio Soto Saavedra (Titular Entidade de Classe IAB) _____